

## Bosco Martins

# cONectado

CPI

Proposta por Soraya Thronicke (UB-MS), a CPI para investigar os atentados antidemocráticos de 8 de janeiro já conta com 38 assinaturas, 11 a mais que o mínimo necessário. Os governistas argumentam que, com o avanço das investigações no STF, na PF e no MPF, a CPI não teria razão de ser. Além disso, alegam que assinaturas colhidas em janeiro, antes da posse da atual legislatura, não teriam mais validade. Na prática, há o temor de que a CPI possa servir de palanque para bolsonaristas. E, diz a sabedoria política, todos sabem como começa, mas ninguém sabe onde termina. Talvez por isso, senadores aliados do presidente Lula estejam trabalhando para esvaziar o pedido de comissão.

## Inflação

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, Fernando Haddad e Campos Neto, do Banco Central, almoçaram juntos por duas horas sem a presença de assessores. O almoço aconteceu antes da aguardadíssima pelo mercado, reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). A reunião durou menos de meia hora e não tratou das metas de inflação para este ano.

## Inflação I

Ao que parece, as críticas do presidente Lula à política de juros do BC têm encontrando eco junto ao PIB. Posterior ao almoço, Haddad participou de um jantar organizado pelo Grupo Esfera com 50 líderes de grandes empresas. O prato principal, conta a Coluna do Broadcast, era a reforma tributária, mas os convidados fartaram o apetite com reclamações da Selic em 13,75% ao ano. “A maior parte de nós paga juros e não recebe juros”, disse o comandante de um grande grupo ligado, entre outros setores, ao varejo.

## Centrão

A fim de garantir os votos do centrão na Câmara, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai manter aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em dois postos cobiçados: a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Ambos têm orçamentos elevados e impacto no Nordeste. A presidência da Codevasf será indicada pelo líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), enquanto o Dnocs será chefiado por um nome do Avante. Juntos, PP e UB, que negociam uma federação, têm 108 deputados e 15 senadores.

## Anulação

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes anulou a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio, que inocentou o vereador carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos) em processos por calúnia e difamação abertos pelo PSOL. Com a medida, a Justiça de primeira instância deverá reexaminar o caso. O filho Zero Dois é acusado de associar falsamente o ex-deputado Jean Wyllys e Adélio Bispo, que deu uma facada no então candidato Jair Bolsonaro em 7 de setembro de 2018.

## Arquivamento

Já a vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, pediu ao STF que archive o inquérito contra o ex-presidente Bolsonaro, no caso em que ele associou falsamente a vacina contra a COVID-19 a um aumento de infecções por HIV, o vírus causador da Aids. O parecer é contrário às conclusões do inquérito da Polícia Federal. Para Lindôra, não há provas de que as declarações de Bolsonaro tenham causado pânico na população.

## Tik Tok

Enquanto isso... O TikTok informou ao Tribunal Superior Eleitoral ter derrubado 10.442 vídeos de caráter golpista compartilhados no dia 8 de janeiro. As publicações continham desinformação e incitação à violência e ao terrorismo. Entre a data dos ataques e o dia 15 de janeiro, a plataforma chinesa diz ter tirado do ar cerca de dez mil vídeos relacionados a extremismo político no Brasil.

## Na cueca

Para ler com incredulidade. O Senado criou uma comissão temporária para acompanhar a situação dos ianomâmi. Até aí, tudo bem, não fosse o fato de a presidência ter sido entregue ao senador Chico Rodrigues (PSB-RR). Ex-governador de Roraima, ele é conhecido pela defesa enfática dos garimpeiros, a quem chama de “trabalhadores esquecidos”. Também foi contra a destruição do equipamento usado na extração de ouro, mesmo ilegal. Em 2020, foi flagrado com R\$ 33 mil na cueca durante uma operação da PF em sua casa.

## Economia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou o aumento do salário-mínimo para R\$ 1.320, a partir de maio, e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários-mínimos (R\$ 2.640). Em entrevista à CNN Brasil, Lula afirmou também que o governo vai retomar em maio a política de reajustes do salário-mínimo pela inflação, mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que vigorou nos governos petistas. Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o salário-mínimo foi reajustado apenas pela inflação. O presidente afirmou ainda que, se depender de sua vontade, a ex-presidente Dilma Rousseff assumirá o comando do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), instituição financeira dos Bries.

## Pós-carnaval

O relançamento do novo Bolsa Família deve acontecer na semana que vem, anunciou Lula durante visita a Sergipe. A previsão é de que o programa social pague R\$ 600 por família, mais um adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos de idade. O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, disse que o modelo do programa substituto do Auxílio Brasil está pronto para a avaliação de Lula.

## Bom carnaval

Foram dois anos de suspensão e adiamento, mas o Brasil agora se entrega ao carnaval. Seja para cair na folia, seja para se refugiar dela, todos merecem (e precisamos de) uma folga para recarregar as baterias e deixar para trás um período tão sombrio sob tantos aspectos. E nossa coluna e o JE não são exceções. Assim, daremos um tempo e retornaremos na sexta-feira (24), mas desejando um bom carnaval ou bom descanso pra vocês. Até!

# POLÍTICA

## Novo debate

# Volta da prisão em 2ª instância tem apoiadores e muita resistência

## PP e PL de MS defendem tramitação do projeto que já colhe assinaturas

Laureano Secundo

Defensores da prisão após condenação em segunda instância pretendem dar início a uma nova articulação política no Congresso Nacional para garantir a volta. Entretanto, os críticos da proposta reforçam os argumentos de preservação do princípio constitucional da presunção de inocência. Embora ainda dependa de muita articulação política, que passa inclusive pelo desarquivamento das propostas de emenda à Constituição que rejeitadas em 2021, o cenário é de resistência por parte dos opositores da Lava Jato, especialmente os petistas. A ideia defendida principalmente pelo senador Sérgio Moro (União-PR) e pelo deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR), em regra, determina o cumprimento da pena após o julgamento em segundo grau, no qual a culpa foi confirmada por exame de fatos e provas disponíveis. Mas, caso haja chance de absolvição, anulação, substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou alteração do regime de cumprimento de pena para o regime aberto, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o STF (Supremo Tribunal Federal) poderão suspender o cumprimento da pena, assim que receberem e examinarem, de forma inicial, os recursos que lhes forem apresentados. Tanto Sérgio Moro quanto Deltan Dallagnol terão de convencer os presidentes do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL) a atender esse pedido, e para isso precisarão coletar assinaturas dos seus colegas senadores e deputados federais. “Sou favorável, pois a morosidade do trânsito em julgado tem gerado inúmeras prescrições e a inafastável sensação de impunidade”, afirmou o deputado de Mato Grosso do Sul Marcos Pollon (PL), que inclusive fez desta luta pela prisão em segunda instância uma das bandeiras de sua campanha. “Não bastasse, a prisão em segunda instância



## A morosidade do trânsito em julgado tem gerado inúmeras prescrições e a inafastável sensação de impunidade

Marcos Pollon, deputado federal de MS

já conta com a decisão de piso e a revisão de um colegiado”, completou Pollon ao justificar a sua posição. Outro parlamentar da bancada de Mato Grosso do Sul, Rodolfo Nogueira (PL) defende a volta da condenação em segunda instância por considerar importante que a população não permaneça com a impressão de que a Justiça demora muito para ser feita. A favor da prisão, o deputado Luiz Ovando (PP) diz que o fim da prisão após condenação em segunda instância ocorreu no STF e uma mudança como essa deve vir por meio do Congresso Nacional. “Foi um julgamento político e não técnico do STF (Supremo Tribunal Federal), para beneficiar o ex-presidente Lula, vamos continuar tentando reverter a decisão”, ponderou Dr. Ovando.

## Orientação do PT é não

Em contrapartida, Vander Loubet (PT) mantém a posição manifestada durante a aprovação da PEC que suspendeu a prisão após condenação em segunda instância. O parlamentar manifestou-se apenas por meio de sua assessoria apresentando uma posição que segue a orientação do PT e que, juntamente com o centrão, foram os responsáveis pelo sepultamento da proposta que tentou ressuscitar a prisão após condenação em segunda instância. Vander terá agora o reforço de Camila Jara, eleita pelo PT, e que nem quer falar sobre o assunto uma vez que, segundo se manifestou por meio da sua assessoria, não é bem da sua área de atuação, o que indica que deverá seguir a orientação do partido caso

a proposta venha a entrar em discussão.

Embora em momentos distintos manifestaram posições diferentes, Dagoberto Nogueira e Beto Pereira (PSDB) agora preferem ficar mais à margem da discussão uma vez que, para voltar a tramitar a PEC que admite a prisão após condenação em segunda instância, terá de ser desarquivada. “Fui a favor da PEC após algumas mudanças e agora teria que ver como virá a proposta, mas em princípio sou a favor da prisão após a condenação em segunda instância”, afirmou Dagoberto Nogueira. Já Beto Pereira não retornou as ligações, mas em 2021 manifestou-se favorável à volta da prisão em e após a condenação em segunda instância.

## Câmara

Reprodução/CMCG

Papy e Carlão durante sessão ordinária



## Vereador Papy assume a relatoria do Orçamento 2024

O vereador Papy (Solidariedade) é o escolhido a ser o relator do Orçamento 2024 com a missão de contribuir com o Poder Executivo para resolver os problemas financeiros de Campo Grande.

“Vamos trabalhar neste ano junto com corpo técnico da prefeitura e tentar desenvolver o melhor trabalho possível e ter um orçamento responsável, de entrega e tentar resolver os problemas financeiros do município, do orçamento, ajustando o que puder ajustar”, afirmou Papy.

Segundo Papy, ele tem se preparado desde o ano passado para assumir a relatoria do Orçamento. “É uma peça orçamentária em três etapas, desde a diretriz até a Lei Orçamentária Anual, então é o ano inteiro de trabalho, ainda tem as emendas

dos vereadores, as despesas públicas, o planejamento do município. Então, estou muito honrado de fazer parte, estou preparado em colaborar com a cidade nas políticas públicas e nas despesas que fazem parte na vida das pessoas”, pontuou.

O presidente da Câmara, Carlão (PSB), explicou que a Câmara está reformulando a Procuradoria Especial da Mulher com a meta de ampliar as ações, dispondo de mais estrutura técnica.

A vereadora Luiza Ribeiro (PT) assume a função, deixando a mesma recem-empossada deputada federal Camila Jara. Outra medida importante foi a criação da Comissão Permanente de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, proposta pelo vereador Coronel Villasanti.